

CULTURA E EDUCAÇÃO NO PENSAMENTO GRAMSCIANO

LIA PINHEIRO BARBOSA*

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo situar as categorias cultura e educação dentro do pensamento de Antonio Gramsci, filósofo marxista italiano. Visa, ainda, examinar tais conceitos na sua dimensão política e a sua estreita vinculação com o conceito gramsciano de hegemonia. Nesta análise, assume local de destaque o papel dos intelectuais orgânicos na organização da vida cultural e na articulação política da classe trabalhadora.

ABSTRACT

The present article has as objective point out culture and education as categories in the thought of the Italian marxist philosopher Antonio Gramsci. It also aims at demonstrate its political characteristic and its narrow entailing with another Gramsci's concept, to know, that of hegemony. In this analysis, the organic intellectual finds its place of prominent role in the organization of the cultural life and in the political articulation of the working class.

*Mestre em Sociologia. Professora substituta do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará.

Torna-se deveras difícil sintetizar, em poucas páginas, o pensamento do marxista italiano, Antonio Gramsci, dada a importância política e filosófica dos seus escritos, não somente pela análise de um período histórico fundamental da sociedade italiana, mas, sobretudo, pela vitalidade de sua produção que, desde os anos 60 do século XX, funciona como subsídio teórico para as esquerdas européia e latino-americana.

Os estudos desenvolvidos por Gramsci demonstram o interesse privilegiado pelo desenvolvimento da história do povo e dos intelectuais italianos, vinculado ao desejo de aprofundar o conceito de Estado presente na ciência política clássica. Ademais, a datação histórica do pensamento gramsciano mostrou-se capaz de ultrapassar as fronteiras de seu país e inserir-se na realidade política dos países ocidentais, nos quais se encontrava uma certa interpretação ortodoxa do marxismo.

Na verdade, no decorrer dos seus estudos, o filósofo italiano dedicou-se à compreensão do movimento de re-fundamentação teórica da filosofia marxista, o qual se faz acompanhar por uma outra reorganização contemporânea: a da política como ciência.

Para Gramsci, a filosofia sempre estará ligada ao movimento da pesquisa científica e da

luta de classes, assegurando a relação teórica entre a posição política e o objeto de reflexão.

O cerne da produção intelectual do filósofo sardenho encontra-se na coletânea *Cadernos do Cárcere*, seus principais escritos. A referida obra consiste em um conjunto de notas esparsas, distribuídas em vinte e nove cadernos. São anotações de um conteúdo profundamente teórico e reflexivo, sobretudo do ponto de vista político, filosófico e cultural.

Os escritos desenvolvidos por Antonio Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* ultrapassam a preocupação exclusiva com os problemas de ordem filosófica. Neles, o pensador italiano apresenta uma análise enriquecida pela sua formação literária e político-filosófica, incorporando, também, as experiências cotidianas vividas por ele. Significa dizer que a produção intelectual do autor se traduz como expressão de um olhar sociológico, que valoriza as situações históricas concretas, isto é, voltado à práxis.

A originalidade do pensamento gramsciano reside no tratamento analítico dado às noções de superestrutura e infraestrutura, bem como às relações que se estabelecem entre essas instâncias. Gramsci consagra a maior parte de seu tempo à descoberta dos processos inerentes à superestrutura:

as relações de hegemonia, as relações entre superestruturas, ampliando a definição de Estado (considerando que este incorpora a sociedade política e a sociedade civil), a caracterização do *bloco histórico* e a função a ser exercida pelos intelectuais neste sistema.

Todas as suas interrogações, articuladas, por ele, às de outros pensadores fizeram com que Gramsci sempre estivesse à frente do seu tempo, denunciando a resistência do liberalismo; a necessidade de emancipação da mulher e de re-associação da classe trabalhadora; chamando a atenção para a importância da mídia, da educação e da cultura, na formação de uma consciência política autônoma, além da sua crítica à III Internacional Comunista.

Nos *Cadernos do Cárcere*, observa-se uma coerência e coesão analítica, sobretudo por estruturar-se em um sistema teórico-filosófico completo. Conforme referido anteriormente, seu trabalho consiste em um conjunto coerente de conceitos, que possuem uma interação orgânica com outros arcabouços teóricos elaborados por estudiosos do desenvolvimento político italiano.

De fato, ao se estudar a produção político-filosófica de Antonio Gramsci, identifica-se que sua teoria encontra-se edificada em uma base tripartite, na qual os conceitos de *hegemonia*, *intelectual orgânico* e *bloco histórico* possuem lugar de destaque.

Embora estes conceitos possuam uma organicidade, o presente artigo concentra-se em um aspecto que parece caracterizar toda a vida e obra gramsciana: a questão da formação cultural. Esta análise encontra-se estreitamente vinculada à função dos intelectuais na organização da vida cultural e na articulação da classe trabalhadora.

A tipologia do intelectual em Antonio Gramsci

Em sua obra, *Intelectuais e a organização da cultura*¹, Gramsci apresenta o conceito de intelectual orgânico: para o filósofo sardenho,

o intelectual é membro de um grupo social autônomo e possui uma função social de mediação entre os grupos sociais ligados ao mundo da produção. Conceitualmente, Gramsci afirma:

Por intelectual, cabe entender não somente essas camadas sociais tradicionalmente chamadas de intelectuais, mas em geral toda a massa social que exerce funções de organização em um sentido amplo: seja no plano da produção, da cultura ou da administração pública (GRAMSCI apud BUCI-GLUCKSMANN: 1980).

Para o desenvolvimento de sua análise em torno da categoria 'intelectual', Gramsci construiu todo um arcabouço teórico-metodológico de crítica às teorias de Benedetto Croce, um dos principais teóricos do idealismo italiano, e ao tipo de intelectual estudado por ele – “um construtor de ideologias para governar os outros”.

Os escritos gramscianos pretendiam superar a superficialidade das teorias existentes, propondo, em seu lugar, teses de maior significado, sobretudo no campo ideológico e de organização social do socialismo enquanto projeto político-econômico.

Assim sendo, Gramsci reconhecia na categoria 'intelectual' uma das teses centrais na compreensão da dinâmica político-social no interior das relações produtivas. Isto porque, segundo ele, todo grupamento social, ao mesmo tempo em que possui uma função no mundo da produção, de certo modo, constrói os seus intelectuais responsáveis por representar organicamente sua classe. Concomitante a esta representação, os intelectuais constroem uma consciência da importância do seu papel de classe.

No primeiro *Caderno*, Gramsci afirma que o desenvolvimento desigual das transformações políticas e culturais, correntes na Itália, implicou uma diferente estruturação das classes intelectuais e uma dessimetria de sua relação com o Estado.

Analisando a região sul da Itália, o filósofo sardenho observou que ali predominava a dominação político-econômica dos grandes proprietários de terra; o segmento intelectual era de caráter tradicional e sua função política consistia em fazer do aparelho de Estado um intermediário entre as massas camponesas e os proprietários de terra.

A região norte do país, por sua vez, tornava-se cenário de uma intensificação do modelo capitalista de produção, garantindo uma hegemonia política de um segmento industrial dominante. Segundo Gramsci, em função desse modelo desigual de desenvolvimento, encontra-se, aí, um outro tipo de intelectual, de caráter moderno e de formação técnico-industrial, que serve de vínculo entre a massa operária e a classe capitalista.

Ao identificar uma tipologia do intelectual, Gramsci constatou que o ponto de convergência existente entre os intelectuais reside nas relações sociais estabelecidas, e não na atividade intelectual. Significa dizer que a atividade do intelectual encontra-se intrinsecamente vinculada ao contexto histórico no qual é originado. Neste sentido, todos os homens são intelectuais, embora não necessariamente assumam tal função na sociedade. E esta afirmação vem acrescida de uma outra: os indivíduos, independentemente das atividades sociais que desempenham, possuem uma determinada maneira de pensar o mundo e agir dentro dele. Todos os homens constroem, pois, uma percepção filosófica do mundo.

Assim sendo, a análise gramsciana transforma a filosofia no centro de construção de toda uma percepção humana do mundo, uma vez que induz à atribuição de juízos de valor às várias manifestações do homem. Estas podem edificar-se de forma consciente ou inconsciente, crítica ou acrítica. Daí a afirmação de Gramsci, em seu livro *A Concepção Dialética da História*, segundo a qual “todos os homens são filósofos”.

Esta interpretação de mundo suscitada pelo caráter filosófico do ser humano é construída

socialmente, permitindo aos vários sujeitos partícipes desse processo, a formação de distintos grupamentos sociais, dotados de uma identidade cultural e política. Daí a aproximação da concepção gramsciana de filosofia com uma percepção do mundo concebido nas inter-relações sociais estabelecidas pelos indivíduos em sociedade.

A funcionalidade social e política, atribuída à filosofia, era conceituada por Gramsci como ‘filosofia da práxis’. Enquanto arcabouço teórico-metodológico apresenta, como principal objetivo, o combate ao marxismo vulgar nas suas tendências ortodoxas e ecléticas.

A filosofia da práxis emerge para demarcar a contraposição gramsciana aos filósofos que se limitavam a interpretar o mundo sem a pretensão de transformá-lo, sobretudo em seus aspectos político-econômicos e culturais. Daí a estreita vinculação entre filosofia da práxis e uma concepção subjetiva do homem, ou seja, compreensão dos indivíduos como sujeitos protagonistas de sua própria história. Conforme Semeraro,

A originalidade da filosofia da práxis consiste no fato de ser uma teoria que leva adiante as dimensões da subjetividade da filosofia moderna, sem fazer concessões às tendências especulativas de qualquer sistema de pensamento, mas voltando-se para a transformação das estruturas por meio da consciência nunca separada dos condicionamentos sociais e dos conflitos de classe. (SEMERARO, 1999: 155).

Desse modo, a filosofia da práxis pode ser compreendida como um projeto social, que reconhece, no conceito de história, o processo de valorização dos indivíduos, nas tessituras das relações ético-políticas que permeiam a dinâmica da estrutura e superestrutura. Em outras palavras, Gramsci reconhece a filosofia da práxis como um instrumento de superação de uma concepção

acrítica do mundo, fundamentada a partir de elementos extraídos do senso comum². Entretanto, na teoria gramsciana o senso comum se constitui num ponto inicial de tessitura dessa nova concepção de mundo, uma vez que agrega noções iniciais, que servem de objeto de reflexão para sua posterior substituição por uma visão mais totalizada e homogênea. Portanto, Gramsci considerava a filosofia da práxis como sendo a própria concepção materialista, histórica e dialética, proposta pelos teóricos do marxismo – Marx, Engels e Lênin –, fornecendo um substancial arcabouço teórico e reflexivo para análise de problemas históricos vivenciados pelo filósofo italiano.

Enquanto proposta de emancipação do homem, por meio do fortalecimento do seu protagonismo político, a filosofia da práxis apresenta uma dupla dinâmica: primeiramente, demarca sua crítica ao senso comum, articulando as bases do bom senso³ e, em segundo lugar, constrói uma crítica aos intelectuais que dão sustentabilidade à ideologia dominante.

É no interior desta segunda dimensão que reside o papel dos intelectuais orgânicos. Para Gramsci, o seu papel consiste em se tornarem a vanguarda de articulação e liderança das massas, contribuindo para a elaboração de uma visão de mundo mais totalizada e liberta de toda e qualquer nuance fragmentada.

Antonio Gramsci desenvolveu importantes reflexões, de caráter político-pedagógico, em torno do papel do intelectual, no desenvolvimento da cultura em geral e, especificamente, na elaboração e difusão de um modelo de educação, que tinha como base a ideologia da classe dominante.

O embasamento teórico pautado no legado da tradição socialista e liberal-democrática permitiu ao pensador italiano a elaboração de uma crítica original da organização escolar tradicional e a formulação de um novo princípio educativo. Nesses termos, a análise gramsciana em torno da educação possui uma relação direta com sua concepção de intelectual e do papel

deste na formação e no desempenho da hegemonia e da contra-hegemonia.

Em sua tipologia do intelectual, Gramsci destaca duas categorias existentes: o intelectual “tradicional” e o intelectual “orgânico”⁴. O primeiro caracteriza-se por seu caráter profissional e por situar-se em uma posição a parte, de ‘trans-classe’, funcionando, pois, como um construtor de uma hegemonia da classe dominante.

O intelectual orgânico, por sua vez, é possuidor de uma capacidade de mobilização e organização do pensamento da classe social na qual é originado. Na verdade, o intelectual orgânico transmuta-se em um organizador e homogeneizador da classe social que o criou.

A demarcação teórica de uma tipologia dos intelectuais permite a Gramsci nortear sua compreensão em torno da função a ser exercida pelos intelectuais, no interior da superestrutura e da infraestrutura, ou seja, diretamente no seio da sociedade política ou na sociedade civil.

Segundo Gramsci, no sentido político, os intelectuais exercem funções hegemônicas, representando os interesses do segmento dominante. Entretanto, ele prevê um novo papel a ser exercido pelos intelectuais; isto é, propõe um novo conceito, apontando como principal papel do intelectual o de articulador da sociedade e de todas as esferas da vida social. Esta definição se contrapõe a qualquer outra tipologia, de cunho idealista e humanista, que visse o intelectual apenas como um criador desinteressado ou mesmo filósofo esclarecido, produtor de uma filosofia pura, que não se deixaria envolver pelas relações sociais. Para Gramsci, o intelectual deve ter a postura de organizador e mediador do consenso, mas não se transformando num ideólogo, porta-voz da classe no poder. Assim, esse intelectual orgânico deve contribuir, diretamente, para a formação de novos intelectuais políticos, qualificados, dirigentes, organizadores das atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral; ou seja, intelectuais capazes

de desenvolver uma luta de classes hegemônica, em todos os aparelhos de hegemonia da classe dominante.

No pensamento gramsciano, a cultura possui papel fundamental nesse processo, pois tem uma tarefa de crítica à sociedade capitalista. Com base neste pressuposto, o autor nos conduz a percebermos uma nova relação entre política e cultura, entre os intelectuais e a sociedade. Nesta perspectiva, ele atribui às instituições privadas da sociedade civil singular importância, na difusão e concretização de uma nova ética e moral no seio da sociedade como um todo. Isto porque, segundo Gramsci, é no interior de instituições como igreja, escola, sindicatos, jornais, família e outras, que se constrói toda uma concepção de educação e de formação cultural dos indivíduos. Deve-se, pois, atentar para o papel assumido pela educação concretizada no interior desses espaços, observando-se se ela adquire uma posição ativista, de busca por uma emancipação humana ou se, ao contrário, reproduz os valores pertencentes à classe dominante.

Educação e cultura no pensamento gramsciano

Para o pensador italiano, a função dos intelectuais ultrapassava o ato político em si mesmo. Ao atribuir a este segmento a responsabilidade de organização da cultura e de formação de uma consciência de classe, Gramsci determinava que esta ação possuía um caráter pedagógico, uma vez que interferia, diretamente, no processo de tessitura de uma cosmovisão do mundo e do homem.

A escola, enquanto uma das principais instituições privadas da sociedade civil, assumia um papel crucial na consolidação de um modelo pedagógico diferenciado do que era proposto pela educação burguesa. Neste sentido, ao demarcar uma tipologia para os intelectuais, Gramsci norteou sua compreensão em torno da lógica burguesa embutida na concepção de educação.

Conforme o pensamento gramsciano, a educação possuía um caráter ativista. O ato de educar não estava relacionado com a mera recepção passiva de informações, mas instrumentalizava uma percepção de mundo inovadora, por conferir às idéias um caráter transformador, de mudança social.

Entretanto, o advento da modernidade trouxe consigo o estabelecimento de novas bases produtivas e de uma nova funcionalidade para o indivíduo, a saber, a de técnico, especialista. Isto proporcionou, segundo Gramsci, uma diferenciação significativa no modelo de educação vigente, originando duas instituições de ensino distintas em seu papel formador: uma proposta educacional de caráter humanístico, destinada à formação geral de intelectuais pertencentes à classe dominante e um segundo modelo, de caráter prático, voltado à especialização técnica e destinado à classe subalterna.

Para Gramsci, o sistema educacional tradicional, burguês, destina-se à formação de um segmento de intelectuais "orgânicos", porém oriundos da classe burguesa dominante.

O pensador italiano observa que a estruturação do sistema escolar ocorre de maneira antagônica e desigual: em sua base, produz um processo de divisão por classe social que fortalece, cada vez mais, a hegemonia política da classe burguesa dominante.

Ele acrescenta, ainda, que a hegemonia exercida por essa classe dominante não decorre apenas de seu poder coercitivo. O segmento burguês consegue, igualmente, manter sua dominação por meio da persuasão e do consenso. Para tanto, conta com o trabalho exercido por uma camada de intelectuais responsáveis pela elaboração de um sistema ideológico de caráter convincente, que consegue a adesão de uma ampla parcela da classe dominada. Em outros termos, fundamentalmente é por meio da dominação cultural, isto é, da difusão de seus valores e ideologias, por entre um amplo segmento da sociedade, que a burguesia se mantém no poder. O autor percebe uma ténue

relação existente entre educação e hegemonia. Assim, por meio de uma ampla rede de articulação política, organizações culturais e intensa atividade das instituições educacionais, a civilização burguesa mantém sua hegemonia sobre um amplo estrato subordinado. Contudo, conforme um estudioso do pensamento gramsciano:

A atividade cultural, no sentido mais amplo do termo, também estimula novas idéias nos setores privilegiados da sociedade, permite-lhes enfrentar novos problemas e permanecerem sintonizados com as demandas e aspirações de todos os setores da sociedade; (...) ela reforça a capacidade dos grupos dominantes para olhar além do próprio interesse corporativo e estreito e, portanto, ampliar sua ação e influência sobre o resto da sociedade (BUTTIGIEG, 2003: 47).

O caráter classista da educação facilita a entrada desse tipo de intelectual em espaços culturais frequentados pelas classes operárias, cooptando-lhes o seu significado de mundo e transformando-o em valores que reproduzem o ideal burguês.

Ademais, o ensino profissionalizante ofertado pela sociedade burguesa forja a especialização precoce da classe trabalhadora, impedindo-a de ter acesso a uma educação completa e superior. O fato de a mesma estar submetida a um processo de escolarização secundário dificulta, para essa classe, a organização de uma visão crítica do mundo e a elaboração de um projeto político emancipador. Isto confere aos segmentos que a compõem um caráter passivo e desarticulado, politicamente.

Gramsci empreendeu uma crítica ao significado social da escola profissionalizante, então considerada uma proposta viável ao ensino italiano. Um dos pontos mais combatidos pelo filósofo era a própria estrutura básica ofertada por esse modelo de ensino, que visava tão somente a qualificação de mão-de-obra para o

mercado. Não que Gramsci negasse a importância de se modernizarem as técnicas de produção e se promover a especialização do trabalhador. Entretanto, identificava que a educação profissionalizante, ofertada à classe trabalhadora, esvaziava-se de qualquer tentativa de formação política, ética e moral, caracterizando-se pela sua natureza elitista e discriminatória. A presente crítica serviu de base para uma nova proposta de educação, estruturada no interior do que ele definia como 'escola única'. Com relação a isto, comenta:

(...) a tendência, hoje, é a de abolir qualquer tipo de escola 'desinteressada' (não imediatamente interessada) e 'formativa', ou conservar delas tão-somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em se preparar para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista formativa, que equilibre eqüanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento da capacidade de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo (GRAMSCI, 1989: 117-118).

Gramsci considera que a análise do modelo de educação proposta pela classe burguesa deve, necessariamente, estar atrelada organicamente a um olhar criterioso sobre as relações estabelecidas, não somente no campo econômico, mas, sobretudo, no político e social.

Conforme o pensamento gramsciano, a compreensão crítica dos elementos que norteiam o conjunto dessas relações permite, à classe operária, a formação de seus próprios intelectuais orgânicos e a elaboração de um projeto político coerente, de caráter emancipador.

Nesse processo de consolidação de uma consciência de classe, por parte do segmento operário, torna-se fundamental a articulação política dos grupos de pressão, formados no seio da sociedade civil, como os sindicatos e os partidos políticos, sobretudo por seu papel de representante dos trabalhadores.

O poder de mobilização política dos segmentos organizados da sociedade civil é capaz de criar uma ação contra-hegemônica, de resistência à formação ideológica estabelecida pela escola burguesa. Ademais, possibilita a formação de intelectuais orgânicos comprometidos com o projeto político da classe trabalhadora, viabilizando um modelo de educação voltado à democratização do saber e da cultura.

Reside nesse aspecto a originalidade do modelo de educação proposto por Antonio Gramsci: uma educação emancipadora é aquela capaz de superar as dicotomias existentes entre o pensar e o fazer, entre a cultura popular e a cultura erudita. É aquela capaz de estabelecer as bases das relações hegemônicas entre os diferentes segmentos sociais.

O ato pedagógico, para Gramsci, é uma relação de hegemonia. E, para o pensador sardenho, atingir um determinado clima cultural coletivamente, significa um problema que:

(...) pode e deve ser aproximado da colocação moderna da doutrina e da prática pedagógica, segundo as quais a relação professor e aluno é uma relação ativa, de vinculações recíprocas (...) Mas a relação pedagógica não pode ser limitada às relações especificamente 'escolares' (GRAMSCI apud BUTTIGIEG, 2003: 47).

Enquanto uma espécie de mentor e figura central de uma corrente pedagógica, dentro do pensamento socialista, Gramsci afirmava a necessidade de criação de uma 'escola unitária', como uma contraproposta ao modelo classista imposto pela educação burguesa.

A 'escola unitária', segundo ele, deveria ter um caráter universal e gratuito, sendo mantida pelo Estado. O modelo educacional deveria cultivar as bases de uma nova concepção de mundo, distinta daquela de caráter tradicional e classista, típico da educação burguesa. Deveria, ainda, contribuir para a ruptura com a subordinação ideológica e cultural das classes subalternas.

Nessa nova concepção, cada um tem um papel político-social a ser desempenhado, assumindo uma consciência política mais sensível, compreendendo a necessidade de se promover, no sentido gramsciano, uma hegemonia civil⁵. A prática dessa hegemonia encontra-se justamente na mudança de mentalidade dos indivíduos, no momento em que os mesmos conscientizam-se enquanto sujeitos partícipes das principais decisões políticas, econômicas e, principalmente, sociais. Significa, pois, para o indivíduo, descobrir-se enquanto ator e transformador de sua própria história. Implica compreender, mesmo, um novo sentido de autonomia, entendida como uma pretensão do homem de tornar-se agente da sua vida e da sua história, isto é, autonomia como subversão da ordem social estabelecida. Nas palavras de Antonio Gramsci,

É pura attività: tu sei attivo, lavori, partecipi dell'immortalità del lavoro, ma vuoi vedere esteriormente questa perennità del tuo io: la cerchi nei tuoi discendenti, nelle garanzie di libertà che loro assicuri. Tutti gli uomini hanno questa aspirazione, tutti gli uomini vogliono diventare proprietari di libertà, di libertà garantita, di libertà trasmissibile (GRAMSCI: 1949)⁶.

Assim sendo, a conquista da independência e da autonomia é garantia de continuidade, para as gerações futuras, de valores como democracia, cidadania, liberdade, igualdade, justiça e equidade social.

A escola ocupa, assim, um espaço de destaque no pensamento gramsciano, uma vez que é entendida como um 'aparelho privado de hegemonia' e locus de construção de uma nova cultura da classe subalterna, dotada de um caráter hegemônico, necessário à conquista do Estado.

Em sua proposta de escola unitária e desinteressada, o cidadão torna-se protagonista de sua própria história. Essa tessitura de uma postura autônoma acontece desde os graus básicos, nos quais os filhos das classes subalternas teriam oportunidade de ter acesso à cultura, não em sentido erudito, enciclopédico, e sim como aquisição de conhecimentos acerca do legado cultural e histórico da humanidade. O entendimento da totalidade social permite aos indivíduos situarem a sua ação individual dentro de uma dada sociedade. Permite, ainda, que os indivíduos adquiram consciência de seu papel político, garantindo a inserção do cidadão nos espaços públicos, interagindo com o Estado e a sociedade civil, entrando em contato com o verdadeiro sentido da cidadania, que transpõe a garantia de direitos e o cumprimento de deveres.

Assim, o caráter inovador da proposta educacional gramsciana reside no fato de agregar à formação profissional, elementos pertencentes às ciências naturais, à filosofia e à ciência política, fazendo com que o indivíduo esteja apto a enfrentar as mudanças correntes no mundo moderno, sobretudo nos processos de socialização vigentes no mundo produtivo.

A Escola assumiria, desse modo, o papel de construtora da cidadania. Nesses termos, a Universidade teria como principal papel, o reforço de uma consciência autônoma e a formação de mentes libertas de qualquer cosmovisão etnocêntrica, elitista e discriminatória.

Em um novo contexto de relações entre vida e cultura, entre trabalho intelectual e trabalho industrial, as academias deverão se tornar a organização cultural (de sistematização, expansão e criação intelectual) dos elementos que, após a escola unitária, passarão para o trabalho profissional, bem como um terreno de encontro entre estes e os universitários (GRAMSCI, 1989: 125).

A Universidade enquanto locus de produção do conhecimento científico e erudito mostra-se, para Gramsci, como um espaço de elevação cultural, de aplicação da filosofia da práxis, para superação do 'senso comum' e de formação de cidadãos dotados de uma compreensão homogênea da totalidade social.

Considerações finais

Ao desenvolver seus estudos sobre a importância da educação e da cultura nos processos democráticos, Gramsci destaca que o ponto de partida na produção de uma cosmovisão reside no senso comum.

Cabe à filosofia da práxis a conversão do entendimento oriundo do senso comum em um elo de ligação entre o saber popular e o conhecimento científico, sistematizado, escolarizado. O bom senso permite ao homem popular a sua integração com o conhecimento filosófico e científico.

Para Antonio Gramsci, o processo hegemônico vincula o ato pedagógico ao político. Para que se tome o poder, torna-se necessário elevar culturalmente as massas. E isto só é possível se a educação possuir um comprometimento político, estando dotada de um projeto pedagógico voltado para uma transformação social.

Neste sentido, o grande desafio para o educador consiste em assumir o seu papel político dentro desse processo. Como afirmado por Paulo Freire, a prática educativa é feita a

partir do compartilhamento do conhecimento, das relações de confiança entre o tu e o eu; no fazer consciente, político e humanístico, na autonomia de idéias e atos.

A educação e a cultura, juntamente com uma consciência política, constituem importantes instrumentos para a construção de um espaço democrático para realização de uma práxis cidadã. Nesse sentido, idéias desenvolvidas por Paulo Freire, pela Teologia da Libertação e os próprios escritos do marxista italiano Antonio Gramsci, ainda constituem, nos dias atuais, fontes de embasamento teórico para a ação social. Nessa perspectiva, é oportuna a citação deste trecho do pensamento de Paulo Freire:

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora (e com o próprio meio social em que vive)⁷ ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a 'outredade' do 'não eu', ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu (FREIRE, 1996).

Na atualidade, vivendo em sociedades civis mais complexas, cabe aos intelectuais o compromisso de assumirem sua função de articuladores, organizadores e fomentadores de uma visão de mundo homogênea, crítica, autônoma e libertadora.

Notas

¹ GRAMSCI, Antonio. *Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

² Entenda-se por senso comum toda concepção de mundo formulada pelo povo, que não teve oportu-

nidade de sistematizar concepções mais elaboradas e politicamente organizadas.

³ A filosofia da práxis deve converter o bom senso em um elo de ligação entre o saber popular e o conhecimento científico, sistematizado, escolarizado. O bom senso permite ao homem popular a sua integração com o conhecimento filosófico e científico.

⁴ Gramsci estabelece, ainda, uma distinção entre intelectual urbano e rural. O primeiro caracteriza-se por sua ascensão social, o que leva a confundir-se com sua própria classe. Por ser formado por técnicos de fábricas não exerce influência política nas massas. O segundo tipo está diretamente vinculado à classe pequeno-burguesa e campesina e insere-se na própria dinâmica capitalista. Ao contrário do intelectual urbano, o rural exerce influência nas camadas operárias, sobretudo por se apresentar como um modelo de ascensão social, ao mesmo tempo em que medeia a relação sócio-política entre a massa e o espaço político local.

⁵ Gramsci, no 3º volume dos *Cadernos do Cárcere*, nota 7, refere-se ao conceito de 'hegemonia civil' como um contraponto ao conceito de 'revolução permanente'. Este, surgido antes de 1848, na França, representava as experiências jacobinas, de 1789, até a Contra-Revolução francesa, em 1815. É próprio de um período caracterizado por maior autonomia das economias nacionais frente ao mercado mundial e uma visível desarticulação política: Estado pouco desenvolvido, inexistência de partidos políticos de massa, de sindicatos econômicos e maior autonomia da sociedade civil com relação ao aparelho de Estado e às Forças Armadas. A expansão colonial européia, após 1870, promoveu profundas mudanças na configuração política dos Estados e da sociedade civil. As relações sócio-políticas, presentes no período anterior, vão, paulatinamente, se transformando, superando o modelo de 'revolução permanente', e assumindo o caráter de 'hegemonia civil'. Conforme o autor (2002: 24), *Ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição (...). A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil, constitui para a arte política algo similar às "trincheiras" e às fortificações permanentes da frente de combate da guerra de posição: faz com que seja apenas "parcial" o elemento do movimento que antes constituía "toda" a guerra.*

É aqui que o autor desenvolve, pela primeira vez, o

conceito de sociedade civil, inserido no próprio conceito de Estado Ampliado que se esboça.

⁶ *É pura atividade: tu és ativo, trabalhas, participas da imortalidade do trabalho, mas queres ver exteriormente esta perenidade do teu eu: a procura nos teus descendentes, na garantia de liberdade que os assegure. Todos os homens têm esta aspiração, todos os homens querem tornar-se proprietários da liberdade, da liberdade garantida, da liberdade transmissível* (Tradução da autora).

⁷ Grifo da autora.

Referências bibliográficas

BEIRED, José Luís Bendicho. "A função social dos intelectuais". In: AGGIO, Alberto (org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998.

BUCI - GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BUTTIGIEG, Joseph A. "Educação e hegemonia". In: COUTINHO, Carlos Nelson & TEIXEIRA, Andréa de Paula. *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GRAMSCI, Antonio. *Gli intellettuali e l'organizzazione della cultura*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1949.

_____. *Passato e Presente*. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1954.

_____. *Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

_____. *Cadernos do Cárcere: notas sobre o Estado e a política*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEMERARO, Giovanni. *Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia*. Petrópolis-Rio de Janeiro: Vozes, 1999.